

MINUTA DA RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA PARA O 59º CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

A crise internacional do modo de produção capitalista, intensificada em 2008, abriu caminho para o crescimento, nas décadas subsequentes, da extrema-direita e do neofascismo em todo o mundo. A redução nas taxas de lucro, acompanhada do agravamento nas condições de vida dos povos, demonstrou os limites do neoliberalismo enquanto modelo econômico construído dentro dos marcos do estado democrático de direito. Com receio de verem seus lucros e sua agenda de financeirização da economia ameaçados, as classes dominantes apostaram, em diversos países, em projetos neofascistas e/ou autoritários, desde que levassem adiante a cartilha econômica deste setor. Foi assim nos EUA, com Trump; na Itália, com Giorgia Meloni; na França, com Marine Le Pen; Erdogan na Turquia; Orbán na Hungria; Netanyahu em Israel, entre outros. Essa agenda política também se impôs por meio de golpes de estado com atuação destacada do *lawfare* na América Latina e em outros países subdesenvolvidos ou de economia dependente do Sul Global, sendo uma importante expressão desse processo a eleição de Bolsonaro no Brasil.

Os acontecimentos ocorridos no Brasil após a Lava Jato influenciaram a ofensiva da extrema direita, ajudando a concretizar o golpe que derrubou a presidenta Dilma e levou ao início do governo golpista de Michel Temer, que implementou um projeto de destruição do Brasil.

O resultado dessa agenda em nosso país foi o desmonte de elementos estratégicos para a soberania nacional, que se manifestou através da precarização do SUS, a efetiva privatização da Eletrobrás, da TAG (Transportadora Associada de Gás), da BR Distribuidora e de refinarias de petróleo no Nordeste. Além disso, essa agenda retrógrada buscou dizimar importantes políticas públicas conquistadas com luta no período dos governos progressistas como o Bolsa Família, o Mais Médicos e o PROUNI; promoveu sucessivos ataques à Amazônia, ao Pantanal e outros biomas; o genocídio do povo negro, expressão da discriminação racial; os ataques aos direitos dos Povos Tradicionais, mais recentemente o caso do povo Yanomami e a comunidade quilombola de Pinhões; o desmonte das políticas de Direitos Humanos,

proteção às mulheres e às LGBTQIA+; das agências e institutos de proteção e preservação dos biomas brasileiros e seus povos, como o IBAMA e a antiga FUNAI; o desprezo à cultura, expresso no veto às leis Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo, derrubados no Congresso Nacional; o rápido crescimento do subemprego, criando vagas precarizadas de trabalho que apenas simulam postos de emprego formal para mascarar os dados de desemprego, sobretudo entre os jovens; a diminuição criminosa do poder de compra dos salários e da moeda nacional, o Real, causando o crescimento exponencial da fome em um contexto de inflação nos supermercados de todo país e de preços abusivos dos combustíveis gerados pela anterior política de preços adotada na Petrobras, pautada no dólar e revertida no atual governo.

Todas estas duras consequências aplicadas pelo governo anti Brasil de Bolsonaro, que “*passava a boiada*” por cima de tudo e de todos para executar sua agenda reacionária, fascista e neoliberal. A lógica neoliberal de distribuição das vacinas pelo mundo e o negacionismo científico do governo resultou que o Brasil foi um dos países mais afetados pela pandemia, com milhares de mortos. Isso evidenciou ainda mais a importância do SUS e do seu caráter público e gratuito para salvar vidas. Seguimos em sua defesa!

Nós, estudantes, sentimos profundamente o impacto do caos infligido ao nosso país ao longo dos últimos anos. O governo Bolsonaro, em sua gestão na área da educação, foi marcado por uma drástica queda nos investimentos nesse setor: em 2021, atingimos o menor patamar desde 2012, significando uma redução de R\$ 8 bilhões entre 2019 e 2021. Enfrentamos até hoje inúmeras dificuldades, para retornar nossos estudos e pesquisas. Aos poucos, estamos voltando a ocupar as cadeiras das universidades, e são muitos os que entre nós se deparam com diversos obstáculos que dificultam ou mesmo impedem de retomarmos o exercício pleno do direito à educação. É fundamental avançar na criação e aprimoramento de programas educacionais que permitam a permanência do estudante, filho da classe trabalhadora, na universidade pública e gratuita a partir da defesa do quadripé universitário.

Os estudantes nunca se calaram diante das diversas ações e tentativas de precarização da educação. Lutamos em defesa dos direitos da classe trabalhadora a cada ataque que surgiu, criticamos arduamente o processo com o qual se deu a operação Lava Jato, inclusive sendo contra a prisão do presidente Lula e estando na

resistência contra a eleição de Bolsonaro. Já em 2019, a Bienal da UNE, realizada em Salvador, inaugurou um grande ciclo de resistência que mobilizou sobretudo juventude e estudantes. Os Tsunamis da Educação arrastaram milhões de jovens no país inteiro para lutar contra os cortes nas universidades e institutos federais. Construímos também a campanha Fora Bolsonaro, sendo a UNE protagonista na realização de atos de rua mesmo durante a pandemia. Nos reinventamos com diversas mobilizações digitais e simbólicas que derrubaram um Ministro da Educação, adiaram o ENEM, conquistaram a volta do FUNDEB e garantiram o pagamento das Bolsas do PIBID. No meio da corrida eleitoral de 2022 ainda organizamos uma grande jornada de lutas contra os cortes na educação. Sem dúvidas, a UNE foi um dos movimentos que mais colocou gente na rua para derrotar o Bolsonaro e se consolidou como uma das principais fiadoras da unidade no movimento social.

Impulsionada pelas mobilizações de rua, formou-se uma frente democrática, fortalecida no 2º turno, com amparo na candidatura de Lula. Esta unidade política foi fundamental para enfrentar um adversário que em momento algum respeitou limites constitucionais. Bolsonaro se utilizou durante o processo eleitoral de um gigantesco aparato de desinformação, combinado com bilhões de reais do orçamento secreto, possivelmente o maior esquema de corrupção institucionalizada que o Brasil já viu. É por isso que a vitória de Lula deve ser amplamente comemorada. Foi uma vitória da democracia e do povo brasileiro. Pela primeira vez, desde a redemocratização, um presidente da República em exercício não foi reeleito. Por outro lado, Lula acumulou o maior número de votos na história em nosso país.

Não foi apenas o povo brasileiro que viu com bons olhos a eleição de Lula. Diversos chefes de Estado se apressaram em reconhecer o resultado e cumprimentar o Presidente eleito. Trata-se de um sinal evidente de retomada do protagonismo do Brasil no cenário internacional, após constantes humilhações resultantes de uma política externa inepta, que relegou o país à condição de pária internacional e o subordinou aos interesses da extrema-direita mundial. Este reposicionamento do Brasil se dá em um momento de intensa disputa geopolítica, com a desestabilização do modelo unipolar que colocava os EUA em posição de hegemonia, tornando possível observar a ascensão da China no cenário global e o fortalecimento dos BRICS e seu Banco de Desenvolvimento, comandado pela ex-presidenta Dilma

Roussef. A vitória de Lula tem especial importância para blocos independentes, , contribuindo para o avanço do protagonismo do Sul Global, no qual o Brasil será mais uma vez central nos debates sobre as questões globais, na promoção da integração latinoamericana e de uma agenda de desenvolvimento soberano, justiça climática, cooperação e anti-imperialista.

Da mesma forma, é necessário compreender que Bolsonaro foi derrotado, mas o bolsonarismo ainda é uma força presente na sociedade. A derrota de Bolsonaro não significa o fim do neofascismo no Brasil. Os ataques terroristas e golpistas às sedes dos três poderes em Brasília no dia 8 de janeiro demonstraram um processo de radicalização da agenda desse setor. Se a rápida resposta institucional, de mobilização popular e da comunidade internacional foi fundamental para construir um isolamento e derrotar a tentativa de golpe, alguns elementos demonstram que ainda existe um longo caminho para a desbolsonarização do país.

Para isso, precisaremos protagonizar uma intensa disputa na sociedade, melhorando as condições de vida do povo brasileiro e fortalecendo a defesa da democracia, da participação popular nos rumos da sociedade, bem como a defesa de valores da solidariedade e da igualdade, valores feministas, antipatriarcais, antirracistas, antilgbtfóbicos e anticapacitistas, de respeito ao meio-ambiente e aos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, em contraposição a esta cultura de violência e intolerância. Por esse motivo, é fundamental lutarmos em defesa do programa vitorioso nas eleições de 2022, sem anistia para quem planejou, financiou e apoiou a tentativa de golpe: é essencial responsabilizar todos aqueles que conspiraram direta ou indiretamente contra a soberania popular. Se por um lado a amplitude política é fundamental na defesa da democracia, um governo de frente ampla precisa ser constantemente pressionado para que atenda aos interesses do povo brasileiro. Além disso, não derrotaremos o bolsonarismo sem antes realizar transformações econômicas que melhorem significativamente a vida do povo brasileiro. Não existirá reconstrução do Brasil sem derrotarmos o fascismo.

Sabemos que a juventude tem um papel decisivo na reconstrução do Brasil, e em muitos momentos também travaremos disputas com o governo, como ocorreu na luta pela revogação da Reforma do Ensino Médio. Portanto, a UNE deverá mobilizar permanentemente sua base, de maneira independente, mantendo sua referência e

acumulando forças para as lutas em defesa da democracia, mas também para impedir que o tal “mercado” e o centrão, que ajudou a eleger Bolsonaro, paute o governo Lula. É essa agenda que a UNE deve enfrentar no próximo período, buscando contribuir para um novo modelo de governabilidade, apoiado na mobilização popular, que busque superar as pressões e chantagens de Arthur Lira.

Com a taxa de juros atual, estima-se que o repasse ao setor rentista excederá 800 bilhões de reais apenas esse ano. Cada 0,25% de redução na taxa de juros representaria um aumento de R\$ 12,7 bilhões ao orçamento federal para outros setores, montante que equivale 5 vezes a recomposição orçamentária da educação. Nos posicionamos a favor de menos dinheiro para os bancos e mais para a educação!

A política de juros altos insistentemente levada a cabo pelo Banco Central sob a liderança de Campos Neto inviabiliza o crescimento econômico e a proposta de arcabouço fiscal impõe limites para o desenvolvimento que o Brasil precisa. É tarefa central dos estudantes reunir o conjunto do movimento social para aumentar a pressão pela redução das taxas de juros e transformar o lucro dos rentistas em investimento público.

Essas políticas econômicas se apoiam em uma suposta “responsabilidade fiscal” que desconsidera a responsabilidade social do Estado. O Teto de Gastos, projeto para implementação dessa política imposta pelo governo golpista de Michel Temer, resultou na destruição das instituições de ensino federal, hospitais e programas sociais essenciais à população brasileira e mostrou o fracasso da política de austeridade de que aumentar a confiança do mercado garantirá o crescimento. Cresce quem investe no seu povo. Temer e Bolsonaro proporcionaram um desmonte de importantes políticas públicas conquistadas através de muitas lutas durante os governos populares em diálogo com os movimentos sociais.

A retomada de um desenvolvimento ambiental e socialmente justo requer que o investimento público seja a alavanca da economia brasileira. Algumas medidas apontam para o enfrentamento do legado das políticas neoliberais a partir da aprovação da reforma tributária, a volta de uma política industrial no país e o papel ativo do BNDES. A UNE deve lutar pela ampliação dos investimentos existentes para construir um projeto nacional e manter afastados do poder os algozes do nosso povo.

Da mesma forma, lutar por uma transição energética social e ambientalmente justa e a construção de um novo modelo de desenvolvimento ambiental para o Brasil, que combata as desigualdades, o racismo ambiental, o avanço do garimpo ilegal e da mineração predatória, em especial na Amazônia, território que foi o principal alvo da política ecocida, etnocida e genocida imposta nos últimos 4 anos, e faça do Brasil exemplo mundial no combate às mudanças climáticas. O equilíbrio fiscal não pode se dar através do estrangulamento de gastos sociais - deve ser promovido através da reformulação das políticas de arrecadação. A UNE se posiciona em favor da taxação das grandes fortunas: quem ganha mais deve pagar mais!

Diante de um Congresso Nacional conservador e de direita, é necessário fortalecer os espaços de participação popular, do nível municipal ao federal. Fortalecer os conselhos, conferências e fóruns participativos é fortalecer os movimentos populares e educacionais de forma a avançar na construção de um novo Brasil. Além do fortalecimento dos espaços que já existem, é necessário que a UNE também seja sujeito ativo na proposição de políticas de ampliação e aperfeiçoamento da participação popular, de modo a construir um processo de mobilização, politização e disputa ideológica em nossa sociedade em nome de um Brasil que atenda aos interesses da maioria da população. Lutaremos pela garantia de que a promessa do orçamento participativo se concretize e que possamos pautar a centralidade da educação. Combinado a isso, é necessário impulsionar iniciativas de auto organização das juventudes e movimentos sociais com o objetivo de ampliar a nossa capacidade de pressão.

Fato é que a mobilização dos estudantes nas ruas já trouxe vitórias, como a suspensão da implementação do Novo Ensino Médio, a conquista do reajuste nas bolsas da Capes e do CNPq, a retomada de programas de combate à fome, o retorno do Bolsa Família, do programa Mais Médicos, a ampliação do Minha Casa Minha Vida, a revogação do sistema de escolas cívico-militares e a retirada do FUNDEB e dos investimentos em Ciência e Tecnologia do Arcabouço Fiscal.

Lutar pela ampliação das bolsas da CAPES e do CNPq, pela revogação definitiva do Novo Ensino Médio e a apresentação de um projeto que leve em conta os anseios dos estudantes, pela implementação do plano emergencial para o ensino básico e para a universidade brasileira é nossa prioridade, assim como derrotar a

fome, a insegurança alimentar e a miséria, afinal, as universidades precisam ser agentes no combate às desigualdades sociais e estruturais (de raça, gênero etc). A promoção da alimentação saudável e adequada à todos e todas deve ser um direito de todos e todas. É necessário pensar novas formas de promoção de um novo modelo de desenvolvimento nacional respeitando as particularidades regionais e o avanço das pautas humanitárias e ambientais. Precisamos nos manter intransigentes na defesa da democracia e dos interesses do povo brasileiro. Somente a mobilização popular pode deter o neofascismo e avançar nas pautas e no programa e este será o papel da juventude neste novo ciclo político que se abre.